

## **SOBRE HISTORIOGRAFIA: FRAGMENTOS PARA COMPOR UM DISCURSO**

### **ON HISTORIOGRAPHY: SOME FRAGMENTS TO CREATE A DISCOURSE**

Antonio Vicente Marafioti Garnica  
*UNESP – Bauru/Rio Claro - Brasil*

#### **Resumo**

O artigo apresenta vinte fragmentos, elaborados a partir de algumas experiências com pesquisas no campo da História da Educação Matemática, com o objetivo de problematizar a prática da Historiografia no domínio da Educação Matemática.

**Palavras-chave:** Historiografia. Fragmentos de Discurso. Educação Matemática.

#### **Abstract**

Based on some experiences of research in History of Mathematics Education, this paper presents twenty fragments related to the practice of Historiography in order to bring some questions about such practice in the domain of Mathematics Education.

**Keywords:** Historiography. Fragments of a discourse. Mathematics Education.

#### **Zero**

Este texto é formado por vinte fragmentos. Cada um desses fragmentos incorpora compreensões sobre Historiografia que foram aos poucos sendo geradas pelos estudos que fundamentam as pesquisas do Grupo “História Oral e Educação Matemática”. Os fragmentos fazem parte de um discurso sobre Historiografia que, em particular, sustenta os trabalhos desenvolvidos, nesse Grupo, sobre História da Educação Matemática.

Ainda que sejam numerados sequencialmente, eles podem ser lidos aleatoriamente (se por um lado isso os aproxima dos almanaques em que são disponibilizadas as chamadas “gotas de sabedoria” – o que o leitor poderia tomar como uma certa arrogância do autor –, por outro lado eles podem ser comparados à inutilidade das informações fragmentadas dadas de hora em hora na Rádio Relógio que tanto contentamento trazem, por exemplo, à Macabéa, a personagem de Clarice Lispector).

Cada um dos fragmentos tenta trazer à cena um ou mais temas. Como fazem parte de um discurso que pensamos ser consistente com o modo como concebemos Historiografia – e, portanto, com o modo como essas concepções são efetivamente manifestadas em nossas práticas de investigação nesse campo –, os fragmentos se complementam, mas mesmo todos eles, ao mesmo tempo, não compõem uma paisagem definitiva. Sempre faltará, para juntá-los, um argumento, um exemplo, uma estratégia. Não se deve vê-los, portanto, como um mero mosaico ou quebra cabeças. Mesmo que muitos argumentos, muitos exemplos e muitas estratégias sejam construídos, eles ainda exigirão mais do que eles próprios, juntos, podem dar. Essa é a perspectiva de “pesquisa” que sustentamos e, consequentemente, a perspectiva de pesquisa que dialoga com os vinte fragmentos aqui enunciados.

Talvez os fragmentos sejam aparentados aos mosaicos de Gaudi, que aproveita materiais e os une com ângulos imperfeitos buscando mais a impressão que a representação inequívoca. Se o leitor se dispuser ao trabalho de dar sentido a esses fragmentos, mesmo que não compartilhando das ideias que eles defendem, estará se aproximando do modo como tentamos compreender o que é escrever História e como temos tentado fazer isso, coletivamente, num Grupo de Pesquisa. Eles servem, como diria Borges, como um convite para que o leitor entre numa casa que foi construída para que, nela, o próprio morador se perdesse.

## Um

Para o vocabulário corrente, as origens são como um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade, aí mora o perigo. [...] o mesmo erro sempre espreita o intérprete: confundir uma filiação com uma explicação. (BLOCH, 2001, p. 57-8).

As epígrafes acima são frases de Marc Bloch, historiador francês que embora reconhecesse a vitalidade da oralidade para a escrita da História, nunca falou de História Oral. Bloch foi um dos “criadores”<sup>23</sup> da chamada Escola dos Annales, responsável por um ideário que, embora multifacetado – são plurais as diretrizes que vigem mesmo no próprio grupo dos Annales, em suas várias fases –, alterou de modo profundo, a partir de alguns elementos comuns, as concepções sobre Historiografia vigentes no início do século XX. Vigentes. Não únicas, sequer hegemônicas. Elaboraões posteriores (HARTOG, 1997, 2006) permitem afirmar que o movimento da Historiografia já havia sofrido alterações significativas desde

---

23 É preciso ter cuidado com os termos. Nunca ninguém cria nada a partir do nada. Toda criação se inscreve num sistema de relações culturais. A Escola dos Annales surge com a necessidade de implantar uma Universidade – a Universidade de Estrasburgo – para des-germanizar uma região – a Alsácia-Lorena, então reconquistada pela França – para o que se cria uma missão de pesquisadores experientes, de formações e atuações em distintas áreas do conhecimento, que passam a trabalhar cotidianamente, juntos, numa paisagem relativamente isolada, no início dos anos 1920.

a Antiguidade – quando, como que em sua pré-história, a historicidade inscrevia-se como gênero literário e prezava o cenário mítico – e alterações significativas continuarão a fazer parte dele.

A origem é um ponto arbitrário, fixado pelo historiador, a partir do qual uma narrativa se desenrola. Origem alguma justifica a permanência, pois a trama da História não se deixa prender calmamente como uma linha num novelo a ser desenrolado. A cada origem arbitrariamente fixada subjaz uma origem anterior e anterior e anterior, como em Matemática, no extremo, uma prova rigorosa necessitaria de uma prova rigorosa que garantisse sua validade que por sua vez necessitaria de outra prova rigorosa que garantisse a validade da prova anterior. “[...] para a maioria das realidades históricas, a própria noção desse ponto inicial permanece singularmente fugaz” (BLOCH, 2001, p. 56). Não é o novelo, portanto, uma metáfora para a História, é o rizoma: um fio que se subdivide em inúmeros fios que se confunde com outros fios, sem começo nem fim, só des-começos infinitos, como o livro da poesia de Haroldo de Campos<sup>24</sup>.

## **Dois**

O Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (GHOEM) foi criado no ano de 2002 em torno de alguns pesquisadores interessados em discutir as potencialidades da História Oral para a Educação Matemática. A origem é arbitrária, como não poderia deixar de ser: antes de 2002, já havia trabalhos de História Oral desenvolvidos e em desenvolvimento por pesquisadores, inclusive por aqueles que constituíram o GHOEM, mas não só eles. Confundindo uma filiação a uma explicação, muitos pensam: (a) que todos os membros do GHOEM, hoje, mobilizam a História Oral; (b) que hoje o GHOEM trabalha “apenas” com História Oral; (c) que apostar na História Oral – já que muitos dos debates sobre História Oral ocorrem/ocorreram entre historiadores – é necessariamente praticar historiografia, (d) que História Oral é algo uno, próprio a uma determinada comunidade, concebida como um bloco homogêneo, que pode ser meramente replicado por outras comunidades com o mesmo ou outro fim. Enganam-se. O GHOEM – e isto tem ficado cada vez mais claro inclusive para os membros do GHOEM – trabalha com narrativas.

## **Três**

A História Oral é UM dos modos de criar narrativas, e é o modo mais usualmente mobilizado pelo GHOEM, embora não seja o único. A narrativa é

---

24 “O livro é o conteúdo do livro e cada página do livro é o conteúdo do livro e cada linha de uma página e cada palavra de uma linha é o conteúdo da palavra da linha da página do livro todo livro ensaia o livro todo livro é um livro de ensaio de ensaios do livro” (Haroldo de Campos, citado por SOUZA, 2011, p. 10).

própria ao homem. Mais que isso: só nos humanizamos narrativamente (ou, como diz Lejeune (2008), os homens que andam nas ruas só conseguem parar em pé por que são homens-narrativas).

## Quatro

Em sentido amplo, podemos dizer que os humanos, em sua relação com os demais e consigo mesmos, não fazem mais que contar/imaginar histórias, ou seja, narrativas, que são um modo básico de pensar, de organizar o conhecimento e a realidade. [...] A narrativa autobiográfica permite explorar os modos como se concebe o presente, se divisa o futuro e, sobretudo, como se conceitualizam as dimensões intuitivas, pessoais, sociais e políticas da experiência educativa. Podemos, por isso, considerar que “os professores e pesquisadores contam histórias a seus alunos e colegas; jornalistas, novelistas e investigadores, em outras disciplinas, também contam histórias a suas respectivas audiências. Cada prática de contar histórias implica uma seleção particular (e, em alguns casos, distintiva) de estratégias narrativas e convenções”. [...] Entendemos como narrativa tanto uma experiência expressa como um relato, como os modos de construir sentido a partir de ações temporais pessoais por meio da descrição e análise de dados biográficos. [A narrativa] é uma reconstrução da experiência a partir da qual, mediante um processo reflexivo, é possível atribuir significado ao vivido. Todo relato biográfico organiza os acontecimentos vividos em uma sequência (cronológica e temática). [...] Construimos a existência dentro de uma estrutura narrativa. Como afirmou Ricoeur, o relato narrativo é, então, uma forma específica de discurso, organizado em torno a uma trama argumentativa em que uma sequência temporal, personagem(ns) e uma situação fazem com que os enunciados tenham sentido próprio no contexto do argumento. Uma narração bem estruturada depende de pautas culturalmente estabelecidas. (BOLÍVAR, DOMINGO e FERNÁNDEZ, 2001, pp. 19-20).

## Cinco

Narrativas orais são fontes historiográficas. Para servir a pesquisas, narrativas orais usualmente são registradas por escrito devido à durabilidade do suporte e à facilidade de manuseio. Narrativas orais tornadas narrativas escritas são fontes historiográficas. A História Oral é um modo de produzir narrativas orais e com essa finalidade tem sido mobilizada por inúmeros agentes, dentro e fora da academia, sendo praticada, por exemplo, tanto por “pessoas comuns” como por historiadores “de ofício” e pesquisadores dos mais distintos campos. Na academia, a História Oral ganha contornos mais rígidos, inscreve-se numa determinada ordem de discurso, e passa a ser vista como metodologia de pesquisa e até mesmo como “metodologia de pesquisa

de abordagem qualitativa”<sup>25</sup>. Para participar dos processos ditos “científicos”, ganha aspecto “científico”: criam-se procedimentos específicos – que variam em cada comunidade que mobiliza a História Oral – segundo marcos regulatórios – “teóricos” – que atendem às perspectivas do “oralista”. Pode-se falar, portanto, de uma “História Oral em Educação Matemática” e até mesmo de uma “História Oral segundo o GHOM” sem nenhuma intenção de criar fronteiras e/ou proteger mercados. Por produzir fontes historiográficas, a História Oral, mesmo mobilizada para outros fins que não para uma operação historiográfica, está relacionada à escrita da História – ainda que não possa ser confundida com ela.

## Seis

Fontes orais e escritas têm servido para vários propósitos. Uma das possibilidades de trabalho com as fontes constituídas a partir da oralidade é usá-las para inaugurar uma operação historiográfica<sup>26</sup>. Além de intencionalmente criar fontes com diversas e distintas intenções, há quem trabalhe com História Oral também visando a operações historiográficas. Uma operação historiográfica é um movimento composto por um conjunto de ações que se iniciam quando se tem à mão um problema a partir do qual saímos à procura de fontes (ou criamos fontes) para, a partir dessas fontes, analítica e metodicamente, compor uma narrativa historiográfica.

## Sete

Uma operação historiográfica<sup>27</sup> não se faz negligenciando fontes. Usar a História Oral numa operação historiográfica implica inaugurar essa operação com as fontes produzidas a partir da oralidade e, segundo as circunstâncias, incorporar

---

25 Com uma flexibilidade que certamente causará estranhamento devido à pouca ortodoxia, pode-se caracterizar uma metodologia qualitativa como (a) uma postura de investigação segundo a qual (b) os procedimentos vão se constituindo à luz dos dados, e não antes deles; e (c) cujo rigor é estabelecido num acordo entre os membros de uma comunidade que legitima essa postura e a sustenta frente a possíveis questionamentos.

26 “Michel de Certeau, em sua obra *A escrita da história*, enfatiza que considerar a história como uma operação é tentar compreendê-la como a relação entre um lugar, procedimentos de análise e a construção de um texto: um lugar social, uma prática, uma escrita. Escreve o historiador jesuíta francês: ‘Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como uma relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* científicas e de uma *escrita*’. (CERTEAU, 2010, p. 66, *itálicos no original*). (GOMES, 2012).

27 A descrição do que é uma operação historiográfica, segundo Certeau, está apontada na nota de rodapé 26.

paulatinamente fontes outras que possam apoiar a criação da narrativa historiográfica.

## Oito

Só fontes não compõem um projeto historiográfico: é preciso atrelar a elas uma hermenêutica (antes, o próprio processo de criação das fontes é, ele próprio, hermenêutico, pois fontes – ou documentos – são leituras).

## Nove

Criar narrativas e operar historiograficamente: exercitar-se em cartografias. Um cartógrafo “simbólico”

[...] absorve matérias de qualquer procedência. Não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo. Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. *Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas*. Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. [...] O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorando. [...] a linguagem, para o cartógrafo, não é um veículo de mensagem-e-salvação. Ela é, em si mesma, criação de mundos. [...] Restaria saber quais são os procedimentos do cartógrafo. Ora, estes tampouco importam, pois ele sabe que deve “inventá-los” em função daquilo que pede o contexto em que se encontra. Por isso ele não segue nenhuma espécie de *protocolo normalizado*. O que define, portanto, o perfil do cartógrafo é exclusivamente um tipo de sensibilidade, que ele se propõe a fazer prevalecer, na medida do possível, em seu trabalho. [...] É muito simples o que o cartógrafo leva no bolso: um critério, um princípio, uma regra e um breve roteiro de preocupações – este, cada cartógrafo vai definindo para si, constantemente [...]. (ROLNIK, 2006, p. 65-7).

## Dez

Toda teorização autêntica é processo, não enunciação de recortes vagos que se impõe ora cá, ora lá, de um momento a outro. Não há teorização alguma no mero recurso à autoridade: mobilizar um autor não é apreender seu sistema, dialogar com ele, incorporá-lo e, quiçá, transcendê-lo. Teorização não é um conjunto de citações e grifes. A teorização é um movimento cujos frutos só se dão autenticamente como resultado de uma longa e tortuosa digestão, uma não raramente caótica pulsação entremeada por sistematizações, aproveitamentos e abandonos: uma antropofagia.

## Onze

Todo método advém de uma teorização. Todo método é busca. Toda busca pode florescer numa prática. Toda prática (e toda teoria) – posto que é movimento – pode ser revisitada, contradita, reforçada, dispensada, reconfigurada. A prática da Historiografia requer, como qualquer prática, cuidados metodológicos, pois uma “ciência” se define não apenas por seus objetos, mas também por seus métodos. Sobre a História, Bloch afirma:

‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: dos homens, no tempo’. O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração (BLOCH, 2001, p. 55).

[...] não há senão uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos. Como chamá-lo? Já disse que o antigo nome de história me parece o mais compreensivo [...] Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos. (BLOCH, 2001, p. 67-8).

## Doze

Afirmar que em Historiografia – seja na Historiografia “de ofício”, seja na Historiografia dos que, como nós, nos apropriamos desse modo de conhecer e fazer para compreender nossos domínios que não são a Historiografia “em si” – os métodos estão postos e que não é necessário problematizá-los é não apenas enganoso, mas alienamento, distorção. A distorção reside mais propriamente no fato de que, por exemplo, nas searas da História da Educação Matemática como campo de pesquisa, atuamos não “apenas” como pesquisadores, mas como pesquisadores-formadores-de-pesquisadores, e é preciso que nós mesmos e aqueles a quem pretendemos formar nos apropriemos dos objetos e dos métodos para que tenhamos poder de crítica em relação à prática que executamos. Nada geramos se não somos mestres de nossas próprias ações e não temos domínio do nosso campo. Esse esforço não só é necessário como também é necessário que seja contínuo, visto que a formação nunca está esgotada: é feita, sempre, de recomeços. Daí a insistência de trazermos à cena, sempre, a discussão sobre objetos e métodos. Conceber a História não como uma ciência do passado, mas como uma ciência problematizadora que se volta ao passado para tentar compreender o presente é, já, uma posição que justifica e exige o questionamento sobre objetos e métodos.

## Treze

Métodos mudam como muda a própria noção de rigor. A retomada crítica dos clássicos, por exemplo, visando à articulação do passado com o presente,

é um exercício importante para os que se envolvem com Historiografia, posto que perceber as alterações e permanências no correr do tempo é possibilidade de apreender a duração que, por sua vez, como afirma Bloch, é a atmosfera na qual o historiador respira.

Tomemos, por exemplo, a obra de Langlois & Seignobos (1925), emblemática para o criticismo histórico positivista. Os dois autores franceses, numa época em que o campo da Historiografia tentava seus primeiros passos em direção à autonomia, preocuparam-se essencialmente com as questões do método<sup>28</sup>, defendiam que o trabalho do historiador resumia-se ao trabalho com documentos<sup>29</sup>, cuja sistematização e análise deveria ser conduzida segundo uma heurística precisa e inequívoca, criada e mantida a partir da interlocução com “ciências auxiliares”<sup>30</sup>. É porque os tempos mudaram que também mudaram as abordagens historiográficas, seus limites, os modos de conduzir as críticas

---

28 “It has not been our intention to give [...] a summary of universal history for the use of beginners and readers of scanty leisure. Nor has been our intention to add a new item to the abundant literature of what is ordinarily called the “Philosophy of History” [...] We propose to examine the conditions and the methods, to indicate the character and the limits, of history knowledge. How do we ascertain, in respect of the past, what part of it is possible, of part of it is important, to know? What is a document? How are documents to be treated with a view to historical work? What are historical facts? How are they to be grouped to make history?” (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1925, p. 1-2).

29 “The historian works with documents. Documents are traces which have been left by the thoughts and actions of men of former times. [...] there is no substitute for documents: no documents, no history. [...] Those who first endeavoured to write history from the sources found themselves in an embarrassing situation. Were the events they proposed to relate recent, so that all the witnesses of them were not yet dead? They had the resource of interviewing the witnesses who survived. Thucydides, Froissart, and many others have followed this procedure. When Mr. H.H. Bancroft, the historian of the Pacific Coast of California, resolved to collect materials for the history of events many of the actors in which were still alive, he mobilized a whole army of reporters charged to extract conversations from them. But when the events to be related were ancient, so that no man then living could be witnessed them, and no account of them had been preserved by oral tradition, what then?” (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1925, p. 19-20).

30 “Let us suppose that the preliminary searches [...] have been made methodically and successfully; the greater part, if not the whole, of documents bearing on a given subject have been discovered and made available. [...] certain antecedent and auxiliary knowledge of a positive kind [...] are every wit and indispensable as the habit of accurate reasoning; for it, in the course of critical work, it is also possible to go wrong through reasoning badly, it is also possible to go wrong put of pure ignorance. [...] We shall, therefore, assign Diplomatic, along Epigraphy, Paleography, and Philology, the character of a subject auxiliary to historical research. Epigraphy, Paleography, Philology and Diplomatic with its adjuncts (technical Chronology and Sphragistic) are not the only subjects of study which subserve historical research. It would be extremely injudicious to undertake to deal critically with literary documents on which no critical work has as yet been done without making oneself familiar with the results obtained by those who have already dealt critically with documents of the same class: the sum of these results forms a department to itself, which has a name – the History of Literature. The critical treatment of illustrative documents, such as the production of architecture, sculpture, and painting, objects of all kinds (arms, dress, utensils, coins, medals, armorial bearings, and so forth), presupposes a thorough acquaintance with the rules and observations which constitute Archeology properly so called and its detached branches – Numismatic and Heraldry.” (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1925, p. 42-52).



documentais, as apreensões sobre a natureza e a diversidade das fontes. Langlois e Seignobos, atualizando seus antecessores<sup>31</sup>, definiam método visando a um campo em estado inicial de formação, pautados numa hermenêutica segundo a qual cabia ao leitor aproximar-se congenialmente do autor, visando a compreender um passado fixo, dado, mas escondido sob a camada de poeira dos tempos que a crítica documental conseguiria resgatar. Bloch e a Escola dos Annales, atualizando seus antecessores, concebem uma história-problema, chamam para o apoio da crítica ciências então novas, como a Psicologia Social, a Antropologia, a Sociologia, acreditam na diversidade dos documentos e nas potencialidades que a mobilização dessa coleção variada de fontes trazia para a escrita da História. Hoje, atualizando nossos antecessores, podemos falar de uma História do Presente e até mesmo de uma História Imediata<sup>32</sup>. Mantendo a abordagem segundo a qual praticar historiografia não é resgatar, mas problematizar o passado à luz do presente, os recursos tecnológicos nos possibilitam diversificar ainda mais as fontes, as formas de coletá-las, os itinerários para analisá-las.

## Quatorze

As fontes produzidas a partir da oralidade, em situação de entrevistas, passam a ser, nas apreensões contemporâneas à Historiografia, legitimadas. Considerar tais fontes não apenas amplia o arsenal de recursos para escrever História, mas agrega à Historiografia novas abordagens procedimentais, novas perspectivas teóricas, novos problemas e novos objetos. Fontes orais, acompanhando a evolução dos tempos, permitem que as subjetividades participem do domínio da ciência – o que antes só lhes era facultado episodicamente, em caráter de urgência, quando da absoluta inexistência de outras fontes. Fontes escritas nas quais a subjetividade também é determinante – as “escritas de si”, como os memoriais de formação e atuação, os registros biográficos e autobiográficos, os acervos pessoais – juntam-

---

31 “The works of the most celebrated historians of the nineteenth century, those who died but yesterday, Augustin Thierry, Ranke, Fustel de Coulanges, Taine, and others, are already battered and riddled with criticism. The fault of their methods have already been seen, defined, and condemned.” (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1925, p. 140).

32 “Segundo François Dosse, em entrevista de 2007, a História Imediata é o ponto de união entre Jornalismo e História, o que entendemos como as práticas de escrever história aproveitando as abordagens e técnicas jornalísticas ou apropriando-se dessas técnicas e abordagens de modo a permitir que, delas, resultem textos de valor historiográfico a serem utilizados, aceitos e legitimados como fontes historiográficas. [...] A História do Tempo Presente considera como escala a vida biológica, o que dá a ela uma perspectiva temporal mais ampla do que a da História Imediata. A História do Tempo Presente é caracterizada mais pelo arsenal de registros mobilizados do que propriamente pelos temas de que trata. Segundo Dosse, tanto a Guerra da Argélia quanto Joana D’Arc podem ser temas da História do Presente. A Guerra da Argélia por ter ocorrido recentemente (entre 1954 e 1962) e Joana D’Arc por ser um tema “presentificado”, operacionalizado pelo presente, para defender/exemplificar certos traços históricos, políticos, de valor etc.” (GARNICA, FERNANDES, SILVA, 2011, p. 224).

se aos relatos orais para a configuração de uma nova perspectiva historiográfica: são narrativas de existências finitas, processuais, inacabadas, caóticas, registros de futuros desejados no passado, marcam uma temporalidade que a História insistia em negligenciar.

O tempo é um fluxo. Para o Eclesiastes, há um tempo de plantar e um tempo de colher, de nascer e de morrer, de rasgar e de costurar: tudo tem seu tempo, há um momento oportuno para cada empreendimento e nada há de novo debaixo do céu. Para Joel Martins, há um tempo *Chronos* – aquele quantificado pelo relógio, incorruptível, sequencial, constante – e um tempo *Kairos* – o da percepção da respiração do mundo. Há – dizemos nós – um tempo cumulativo (que se convencionou chamar “tempo da História”) e um tempo caótico, exigente e subversivo, o da memória. Se a História ordena, encadeia, lineariza, objetiva, continua; a memória filtra, reordena, dá trelas aos desejos humanos, reescreve, fantasia, trata de uma continuidade descontinuada, cravada de abismos e vagos espaços. E ainda assim, concordam os historiadores que a memória é o alimento da História, seu fermento, seu recurso vital. O tempo do Eclesiastes é o tempo contínuo, como o é o tempo *Chronos* que cotidianamente nos pressiona e continuamente pressiona nossas experiências e seus relatos, impondo-lhes, cumulativamente, a causa e o efeito, o antes e o depois, a razão e a decorrência, o pecado ao qual segue a punição. Subversivo e estranho a este cenário, o tempo *Kairos* é aquele da percepção da experiência, da experientiação, o tempo descontínuo, sensual e vertiginoso da memória. [...] Escritos memorialísticos podem ser resultado de uma relação entre temporalidades distintas: por um lado a acumulação da historiografia, por outro, a sensação do recordar livre das amarras lógicas que liga antecedentes a consequentes. Ambos, porém, históricos, já que nos ajudam a compreender e ordenar um fluxo pontuado de desordenações, lacunas e impossibilidades de compreensão plena.

Defenderemos a pertinência de tratar como historiográficas ambas as temporalidades, a cumulativa e a da memória, posto que são formas distintas, mas complementares, de nos percebermos no mundo. Uma diferenciação, porém, pode ser feita: ao registro que pressupõe uma temporalidade ordenada, cumulativa, diremos “tempo da historiografia clássica”; e “tempo da memória” dirá do registro que tenta vencer as amarras antecedente-consequente, que permite a presença das lacunas e torna bem vindo o caótico dos focos pulsantes de luz que deixam a claridade aparecer não em fachos que iluminam grandes planícies, mas em pontos discretos que incendeiam um momento, formando como que pequenas clareiras. (FERNANDES e GARNICA, 2012).

## Quinze

Devemos aprofundar nossos estudos em relação às diferenciações possíveis entre história e memória. Isso parece interessar de modo particular a

alguns historiadores, principalmente a aqueles que parecem não gostar muito da memória e que – todos são imersíveis em paradoxos! – embora não tenham como meta transformar a História em uma Ciência com “C”, tendem a ver “pouca ciência” nas práticas com a memória ou, quando cientes do paradoxo, evitam usar, nas suas críticas, a palavra “ciência” ou a expressão “pouco rigor” no tratamento dos fatos. Mas, francamente, eu não me incomodo nada que se faça confusão entre memória e história. Tendo a não concordar com as pessoas que atribuem “valor” às palavras na clássica oposição ordem x desordem, e que acham que “ordem” é melhor que “desordem”. Quando há “confusão”, talvez as coisas necessitem de mais estudos, talvez as coisas necessitem de mais conversas... não consigo perceber o que é que se ganha, em termos “científicos”, quando a gente tenta eliminar qualquer confusão “a priori”. Para mim, é como se estivéssemos dizendo que a pessoa não precisa estudar ou entender... desde que “comece a partir *daqui*”. Isso não significa, é claro, que a cada vez tenhamos que “inventar a roda”. Mas, pensando como alguém que valoriza exatamente a história e essa capacidade de desnaturalização: uma vez, duas talvez... e, quem sabe, três vezes... seria importante que cada um de nós inventasse a roda sim! Corremos o risco de, algum dia, deparar com pesquisadores bem treinados que saberão discernir todas as (oh! Ilusão!) diferenças possíveis e imagináveis entre a história e a memória e acreditarão que rodas são raízes ou estão enterradas como cenouras (não sei se cenouras são raízes, mas, como sei que ficam enterradas, eis a frase que construí). Então, se aqui eu ironizo essa preocupação exagerada com o par memória-história, o que eu diria ser importante a gente estudar? Pergunto: por que não estudar as formas de constituir narrativas? Refiro-me a formas literárias. Refiro-me também a formas de narrar, seja em textos orais, seja em textos escritos. Exemplos de ambas as práticas são superabundantes e podem ser tomados tanto pelo lado que tende mais ao científico, quanto pelo lado que tende mais ao literário. Gostaria de ver depoimentos de crianças falando sobre suas aulas e professores de matemática. E gostaria de ver a discussão sobre todos os problemas relacionados a incluir, nos textos acadêmicos, os nomes verdadeiros dessas crianças e de seus professores. São questões práticas. São questões teóricas. Talvez em algum tempo e lugar tenha havido outro “poeta” a dizer que as questões práticas são teóricas e vice-versa. Ou, ainda, que toda prática revolucionária requer uma teoria revolucionária. Mas isso tudo é campo da poesia... e da História Oral.” (VIANNA, 2012).

## Dezesseis

As narrativas nas quais as subjetividades se registram (e nas quais os narradores criam a si próprios como personagens de uma trama) permitem afirmar que o passado é invenção. Se Bloch já havia denunciado a impossibilidade de pensar “passado” como um espaço pré-dado e vacante – ao afirmar que a História não é propriamente um estudo do passado, mas um estudo dos homens vivendo no tempo – afirmar o passado como invenção é negar a existência das “coisas em si”

e apostar no movimento criador da atribuição de significados. São os significados tanto a matéria bruta quanto a matéria mais refinada de qualquer hermenêutica e a atribuição de significados é um processo solitário cuja solidão a linguagem tenta continuamente vencer.

## Dezessete

Arendt (1997, p. 78-9) nos conta que a imparcialidade – e com ela toda Historiografia legítima – veio ao mundo quando Homero decidiu cantar os feitos dos troianos não menos que os dos aqueus, e louvar a glória de Heitor não menos que a grandeza de Aquiles. Essa imparcialidade homérica, ecoada em Heródoto, que decidiu impedir que ‘os grandes e maravilhosos feitos de gregos e bárbaros perdessem seu devido quinhão de glória’, é ainda o mais alto tipo de objetividade que conhecemos, diz Arendt. Não apenas deixa para trás o interesse comum no próprio lado e no próprio povo – que até nossos dias caracteriza quase toda a Historiografia nacional –, mas descarta também a alternativa de vitória ou derrota, e não permite que ela interfira com o que é julgamento digno de louvor imortalizante. A autora destaca que, expresso de forma magnífica por Tucídides, aparece ainda na Historiografia grega outro poderoso elemento que contribui para a objetividade histórica. Na incessante conversa de cidadãos uns com os outros, os gregos descobriram que o mundo que temos em comum é usualmente considerado sob um infinito número de ângulos, aos quais correspondem os mais diversos pontos de vista. Os gregos aprenderam a olhar sobre o mesmo mundo a partir do ponto de vista do outro, a ver o mesmo em aspectos bem diferentes e frequentemente opostos. Para Arendt, as falas em que Tucídides articula as posições e interesses das partes em conflito são, ainda, um testemunho vivo do extraordinário grau de sua objetividade. Em tempos modernos, porém, ‘objetividade’ passou a significar ‘extinção do eu’, ‘negação da subjetividade’ (uma ‘objetividade eunuca’) e, nessa acepção, tornou-se uma das matrizes da história metódica e modelo para a historiografia ocidental até os *Annales*, mas até hoje se manifestando. Manter-se apegado a uma tal visão conservadora é desconhecer que esse debate, se se mostrou necessário a Ranke, já foi há muito ultrapassado no quadro de referência das ciências. É ignorar que ‘a oposição do século XIX entre Ciências Naturais e Históricas, juntamente com a pretensa objetividade e precisão absoluta dos cientistas naturais, é hoje coisa do passado’. De acordo com Arendt, os cientistas naturais admitem agora que, com o experimento, que verifica processos naturais sob condições prescritas, e com o observador, que ao observar o experimento se torna uma de suas condições<sup>33</sup>, introduz-se um fator ‘subjetivo’ nos processos ‘objetivos’ da natureza.” (GARNICA, FERNANDES, SILVA, 2011, p. 225-227).

33 A enunciação do Princípio da Incerteza de Heisenberg é emblemática nesse sentido, e torna obsoletas algumas considerações sobre a interferência do pesquisador em seu campo de pesquisa.

## Dezoito

Tratar da necessidade de uma abordagem alternativa àquela que estabelece dicotomicamente os termos parcialidade/imparcialidade e subjetividade/objetividade, e realçar toda existência como um movimento de atribuição de significados nos permite compreender algumas noções caras, por exemplo, à História da Educação Matemática. Vejamos.

O termo “práticas” e, em decorrência, as expressões “práticas de ensino” e “práticas educativas” devem servir para tratar de produções de sentido sempre diferenciadas e tornadas, num momento, únicas, em meio à pluralidade das determinações sociais que as fazem surgir. Falar de práticas de ensino – presentes ou passadas – significa, então, nesse sentido, tratar dos modos como se materializavam (e se materializam), no ambiente escolar, concepções sobre Educação e sobre Matemática que via de regra são cristalizadas em mobilizações, em apropriações, feitas por certos agentes, a partir de uma variada gama de influências, diretas e indiretas, que chegam à escola. Pretendendo acentuar a dinamicidade desse movimento de significação – segundo a qual um significado nunca está dado, mas é sempre atribuído e, portanto, inventado, fugidio e mutante – nos valem, por vezes, do termo “mobilização”: agentes (educacionais) mobilizam, a partir de várias influências, significados que, tornados próprios, manifestam-se em suas práticas (educativas) e, de modo geral, sustentam suas formas de intervenção no mundo. Tematizar mobilizações, porém e portanto, é um projeto fugidio, em contínua configuração, posto que quem percebe o que chama de mobilização é o pesquisador que recorta e estuda, a partir do seu olhar, do seu referencial – também ele uma mobilização – as apreensões que julga serem os modos de mobilização de alguém a um determinado objeto. Assim, defendemos a impossibilidade de falar de certas práticas – como a Matemática Moderna, a Escola Nova (SOUZA e GARNICA 2012a e 2012b), a CADES ou os Grupos Escolares (SOUZA, 2011), por exemplo – sem nos referirmos ao “lugar” no qual essas práticas são efetivamente mobilizadas, tornadas próprias e, conseqüentemente, manifestadas num determinado espaço e tempo. Trata-se de tentar focar os diferentes modos segundo os quais situações, disposições, instituições etc são criadas/inventadas (e não (re)criadas) num dado contexto; quais significados podem ter sido atribuídos a essas situações, disposições, instituições etc tornando-as efetivas e “materializadas” para atender (e, efetivamente, atendendo) a certas dinâmicas familiares, tranquilizantes, (re)conhecidas, “domadas” por uma situada comunidade.

## Dezenove

“A História é apenas um outro texto numa procissão de textos possíveis, sem qualquer garantia de significação singular” (COHEN, 2000, p. 25). Todo registro histórico é, portanto, uma versão dentre inúmeras versões. É quimérico

escrever História pensando dar à luz verdades: o guia do historiador não é a verdade, é a plausibilidade. A Historiografia, assim, passa a ser vista – como nos inspirou Borges – como um conjunto de versões que nada mais são do que registros plausíveis das diversas entonações de algumas metáforas.

## Vinte

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BLOCH, M. **Apologia da História** ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLIVAR, A., DOMINGO, J., FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa en educación: enfoque y metodología**. Madrid: La Muralla, 2001.

BORGES, J.L. **O Fazedor**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BORGES, J.L. e GERRERO, M. **O livro dos seres imaginários**. São Paulo: Globo, 2000.

COHEN, J. J. A cultura dos monstros: sete teses. SILVA, T. T. da. (org.). **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FERNANDES, D. N. e GARNICA, A. V. M. **Temporalidade Contínua, Temporalidade do Instante: um ensaio sobre a formação de professores de Matemática no Maranhão**, 2012. (texto não publicado-no prelo).

GARNICA, A. V. M.; FERNANDES, D. N.; SILVA, H. da. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre Regimes de Historicidade e História Oral. **BOLEMA**, 25(41), 213-250, 2011.

GOMES, M. L. M. **Formação e Atuação de Professores de Matemática, testemunhos e mapas**, 2012. (texto não publicado-no prelo).

HARTOG, F. O tempo desorientado – Tempo e História: como escrever a história da França? **Anos 90**. Porto Alegre, n.7, pp. 07-14, jul., 1997.

HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**. Belo Horizonte: UFMG, vol. 22, n. 36, pp. 261-273, jul./dez., 2006.

LANGLOIS, Ch. V. & SEIGNOBOS, Ch. **Introduction to the study of History**. New York: Henry Holt and Company, 1925.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulinas, 2007.

SCHAFF, A. **História e verdade**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SOUZA, L. A. **Trilhas na construção de versões históricas sobre um Grupo Escolar**. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

SOUZA, L. A., GARNICA, A. V. M. **As Matemáticas Modernas**: um ensaio sobre os modos de produção de significados ao(s) movimento(s) no ensino primário brasileiro, 2012a. (texto não publicado-no prelo).

SOUZA, L. A., GARNICA, A. V. M. **Movimentos de um Movimento: um estudo sobre os significados atribuídos ao escolanovismo e seus ritmos**, 2012b. (texto não publicado-no prelo).

VIANNA, C. R. **Sem título**, 2012. (texto não publicado-no prelo).

**Antonio Vicente Marafioti Garnica**

Departamento de Matemática – UNESP – Bauru/Rio Claro  
SP - Brasil

**E-mail:** [vgarnica@fc.unesp.br](mailto:vgarnica@fc.unesp.br)